

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº. 007/2022/PreviD
PREGÃO ELETRÔNICO, EDITAL Nº 002/2022/PreviD
TIPO: “MENOR PREÇO” – APURADO PELO MENOR VALOR GLOBAL

1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui-se objeto do presente Termo de Referência à **contratação de empresa especializada em prestação de serviços de gestão e abastecimento de combustíveis (gasolina comum e etanol) mediante sistema eletrônico, com cartão magnético, em postos de rede credenciada**, visando atender as necessidades do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD.

2. DA JUSTIFICATIVA:

- 2.1. Para o desempenho das atividades meio e finalísticas que são desenvolvidas no Instituto, utiliza-se de transportes automotores para, a entrega de correspondências oficiais, documentos, etc.; a realização de cotações e serviços bancários; a efetivação de recadastramento *in loco* daqueles que estão incapacitados; o comparecimento em reuniões, participação em cursos de formação, treinamentos, palestras, congressos, e demais eventos, dentro ou fora do município sede, bem como, para outras atividades indispensáveis.
- 2.2. Tal serviço contribui para o desempenho das atividades do Instituto e impacta no alcance dos resultados, ao se considerar as necessidades de deslocamento e logística para atendimento às atividades finalísticas desta autarquia, bem como, de autoridades nas ações afetas às suas responsabilidades. Ressalta-se que o transporte de pessoas, em serviço, e de documentos, é de fundamental importância no apoio às atividades administrativas do PreviD.
- 2.3. Atualmente, o Instituto possui uma frota, composta por 03 (três) veículos (Renault/Logan Exp 16 - passageiro automóvel - Álcool/Gasolina - Prata - HSH1248 - Patrimônio nº 49; Volkswagen/Gol Trendline MB S; passageiro automóvel - Álcool/Gasolina - Prata - NRL 9954 - Patrimônio nº 335; Hyundai/Tucson GLSB; misto camioneta; Álcool/Gasolina - Prata - NRL 9955 - Patrimônio nº 561).
- 2.4. Ressalta-se que, para atender as demandas do PreviD, futuramente, não se descarta a possibilidade de contratação para locação de automóveis ou aquisição de novos veículos oficiais.
- 2.5. Até então, o abastecimento dos veículos vem sendo realizado a partir da aquisição de combustível, em sua maioria gasolina comum, por meio de procedimento de contratação (Dispensa de Licitação) e instrumento contratual firmado com Posto de Combustível situado no município de Dourados/MS, com vigência da data de sua assinatura até o fim do exercício (31/12). Bem como, mediante a utilização de suprimento de fundos (viagens) para o pagamento dos abastecimentos que ocorrem em localidades distintas da cidade de Dourados/MS, tendo em vista que, a contratação mencionada impossibilita a utilização fora do município.
- 2.6. Portanto, a fim de contratarmos a solução que melhor corresponda às necessidades deste Instituto, após a elaboração do Estudo Técnico Preliminar nº 002/2022/PreviD é que se propõe a contratação de uma empresa que realize o credenciamento de postos de combustíveis, utilizando mecanismo de controle, cartão com tecnologia para análise e monitoramento das despesas de combustíveis.
- 2.7. A empresa participante deverá possuir sistema informatizado que permita o controle de frota e utilização de combustíveis no deslocamento necessário as funções operacionais do PreviD, em âmbito nacional, nas principais cidades do Estado e, principalmente, em Dourados/MS, priorizando postos localizados próximo à sede deste Instituto.
- 2.8. Almejam-se, com a implantação do sistema proposto, algumas vantagens quando comparadas com o atual sistema de pagamento e contratação, tais como: a eliminação do uso de suprimento de fundos ou contratos individualizados; a extensão do horário de atendimento; o acesso a uma rede de serviços ampla; eficiente controle de abastecimentos por meio de sistema informatizados; possibilidade de abastecimento em postos que estejam praticando valores inferiores dentro da rede, entre outros.
- 2.9. Assim sendo, em observância aos princípios da continuidade e eficiência que regem o serviço público, justifica-se a necessidade de realização da contratação de empresa especializada em prestação de



serviços de gestão e abastecimento de combustíveis (gasolina comum e etanol) mediante sistema eletrônico, com cartão magnético, em postos de rede credenciada.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 3.1. De acordo com o previsto no Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005, bem como, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, os serviços a serem contratados enquadram-se como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.
- 3.2. Os serviços a serem contratados constituem-se como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e à Administração Pública CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 3.4. O procedimento licitatório será realizado na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, pelo tipo **MENOR PREÇO** e como critério de julgamento o menor valor global.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 4.1. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Municipal nº 331, de 03 de julho de 2017 e alterações, aplicando-se ainda, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. O objeto do presente termo deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 5.2. Os serviços, objeto do presente termo de referência, deverão ser realizados somente **após a assinatura do contrato e durante sua vigência, de forma fracionada e/ou de acordo com as necessidades e conveniências do CONTRATANTE.**
- 5.3. No início do contrato ou quando houver necessidade de emissão e/ou cadastro de novos **cartões ou veículos**, deverá ser realizado mediante a emissão de **Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento.**
 - 5.3.1. A Ordem de Serviço/ Autorização de Fornecimento poderá ser emitida mediante Correspondência Oficial, e-mail e/ou telefone.
 - 5.3.2. Na Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:
 - a) Número do contrato, empenho e referência ao processo de origem;
 - b) Especificação (ões) do (s) serviço (s);
 - c) Data do início da prestação dos serviços;
 - d) Nome do fiscal de contrato, gestor de contrato e o nome do preposto designado pela CONTRATADA para o acompanhamento durante a execução do serviço;
- 5.4. A CONTRATADA deverá oferecer atendimento personalizado, durante todo o período de vigência contratual, para dirimir quaisquer dúvidas, orientar e atender as demais demandas do CONTRATANTE e imprevistos sobre os serviços, respondendo no prazo estipulado no *item 10 deste Termo de Referência*, e disponibilizando para tanto, canais de contato (telefone/e-mail/central de relacionamento).

- 5.5. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o CONTRATANTE, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.
- 5.6. Para prestação do serviço a CONTRATADA deverá implantar e operacionalizar, junto à CONTRATANTE, um **sistema informatizado** em ambiente de produção web, com emissão de relatórios que possibilite o acompanhamento da **aquisição de combustíveis realizada mediante cartão eletrônico** através de uma **rede credenciada de postos**, propiciando à CONTRATANTE **gestão e controle detalhado das informações**, conforme especificados neste Termo de Referência.
- 5.7. O contrato será utilizado para o abastecimento dos veículos próprios da CONTRATANTE e de outros que ela solicitar a inclusão.
- 5.8. A administração e o gerenciamento do fornecimento de combustíveis serão contratados de forma continuada e ininterrupta, por intermédio de rede credenciada, com utilização de sistema informatizado.

6. DO SISTEMA INFORMATIZADO

- 6.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso a software, em ambiente web, para gerenciamento da frota da CONTRATANTE, sendo de sua responsabilidade o cadastramento de todos os veículos que a integrem, bem como, dos condutores dos veículos, conforme o estipulado no *item 10 deste Termo de Referência*.
- 6.1.1. A CONTRATANTE fornecerá listagem de veículos, usuários e condutores a serem cadastrados e, a qualquer momento, poderá solicitar novas inclusões ou exclusões do sistema, conforme suas necessidades.
- 6.2. O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros, com identificação de toda e qualquer transação efetuada na rede credenciada, possibilitando o efetivo controle e gestão sobre os veículos, usuários e respectivas despesas.
- 6.3. A solução proposta deverá possibilitar o registro dos dados através de:
- 6.3.1. Sistema de gerenciamento integrado, com banco de dados contendo todas as transações, de forma a viabilizar a emissão de relatórios gerenciais.
- 6.3.2. Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento do abastecimento de combustíveis para os veículos a serem contemplados junto à rede credenciada no momento do abastecimento.
- 6.3.3. Registro informatizado dos dados de abastecimento disponíveis para consulta via Internet (web) em tempo real (on-line).
- 6.3.4. Possibilitar migração de todos os dados constantes em sua base de dados referentes aos veículos da CONTRATANTE, com vistas a alimentação de banco de dados da própria CONTRATANTE, através de serviços webservice ou arquivos (txt, xml, csv, etc).
- 6.3.5. Acesso para a FISCALIZAÇÃO, permitindo consulta, autorização, aprovação, rejeição, correção de transações, emissão e consulta de relatórios, permitindo cadastramento de usuários em diferentes perfis de acesso, conforme indicação formalizada pela CONTRATANTE.
- 6.3.6. Informatização dos dados do veículo: unidade de lotação, quilometragem, custos, identificação, datas e horários, tipos de combustível a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis.
- 6.3.7. Interface digital amigável.
- 6.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar quaisquer equipamentos periféricos que viabilizem o gerenciamento de informações do serviço de abastecimento dos veículos da CONTRATANTE.

6.5. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da CONTRATADA, utilizado no atendimento das demandas da CONTRATANTE deverá respeitar o prazo estipulado no *item 10 deste Termo de Referência*.

6.6. DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA

- 6.6.1. O sistema deverá permitir inclusão permanente de novos usuários e veículos no banco de dados.
- 6.6.2. Todo o investimento necessário à implantação do sistema, como a instalação dos equipamentos de leitura, softwares de gravação e transmissão de dados, credenciamento da rede, manutenção do sistema e treinamento de pessoal, fornecimento de manuais de operação e tudo mais que se fizer necessário para o bom funcionamento e operação do sistema, será de responsabilidade da CONTRATADA, cuja previsão de cobertura está incluída na taxa de administração estabelecida no instrumento contratual a ser assinado, não cabendo nenhum ônus adicional à CONTRATANTE e não sendo permitida qualquer alegação de incompatibilidade com os sistemas de informática utilizados pela CONTRATANTE.
- 6.6.3. A implantação do sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento da frota, com apresentação de rede credenciada capaz de suprir as necessidades da CONTRATANTE, deverá ocorrer no prazo máximo descrito no *item 10 deste Termo de Referência*.
- 6.6.4. Os usuários que serão habilitados ao uso do sistema deverão ser cadastrados em prazo descrito no *item 10 deste Termo de Referência*, após informações prestadas pela CONTRATANTE.
- 6.6.5. O controle de transações deverá ser auditado pela própria CONTRATADA a partir da assinatura do contrato, promovendo as diligências e saneamentos necessários à implantação e manutenção do sistema, sem prejuízo das auditorias promovidas pelos órgãos de controle e pela CONTRATANTE, a qualquer tempo.
- 6.6.6. O sistema deverá ser compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais Windows Seven/8 e 10, com os navegadores MS Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, e também com ferramentas de escritório Microsoft Office 97/2000/XP/Vista/Seven, Libre Office e Br Office, ou outro que possa vir a ser utilizado pela CONTRATANTE, desde que amplamente utilizado no mercado, sendo de responsabilidade da CONTRATADA quaisquer softwares adicionais necessários ao seu acesso.

6.7. DA APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS:

- 6.7.1. O sistema deverá viabilizar o controle de produtos e serviços contratados, com crítica de consistência aos lançamentos efetuados e a segurança de utilização, devendo estas informações estarem disponíveis para consulta na web imediatamente após realizada a transação.
- 6.7.2. As operações (transações) deverão disponibilizar, no mínimo, as seguintes informações individuais:
 - a) Placa, quilometragem e demais dados de identificação do veículo;
 - b) Identificação do usuário;
 - c) Estabelecimento / Município / UF;
 - d) Data e hora;
 - e) Tipo de operação (compra, consulta, estorno, etc.);
 - f) Produto adquirido;
 - g) Quantidade de litros;
 - h) Valor unitário do produto;
 - i) Valor da operação por veículo;

j) Identificação do responsável pelo abastecimento;

k) Marcação da quilometragem do veículo.

6.7.3. O sistema de gerenciamento deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, gerenciais, operacionais e financeiros, em arquivos PDF, XLS, TXT, XML e outras que se tornarem padrão no mercado de tecnologia, para o controle e gestão das informações sobre os veículos cadastrados, com identificação de toda e qualquer transação efetuada referente ao objeto contratado.

6.7.4. Os relatórios devem estar disponíveis, via web, a qualquer momento, e devem ser disponibilizados via sistema em tempo real para os gestores.

6.7.4.1. Caso solicite, o Diretor Presidente também deve receber por e-mail, os relatórios de todos os veículos abastecidos de acordo com o período requisitado, separados por placa.

6.7.5. São considerados Relatórios Gerenciais, a serem disponibilizados via web:

a) **Relatório cadastral do veículo**, contendo, no mínimo: Local de Cadastro; Marca/Tipo/Modelo; Cor; Ano Fabricação; Ano Modelo; Tipo combustível; Placa/UF; Número RENAVAM; Capacidade do tanque e Média de consumo (Km/litro).

b) **Controle do abastecimento do veículo**: identificação do veículo; Quilometragem rodada mensalmente e anualmente; Consumo mensal e anual; Média de consumo (Km/litro) mensal e anual; Quantidade de litros consumidos mensal e anual; Custo total com cada tipo de combustível e inconsistências ocorridas.

c) **Controle dos abastecimentos mensais**: identificação, por unidade organizacional, dos veículos abastecidos no mês de referência; dados do abastecimento, preço médio do mês conforme a tabela da ANP.

d) **Controle de operação**: Dados com totalizadores gerenciais e de transações.

6.7.5.1. Os relatórios gerenciais disponibilizados pela CONTRATADA deverão permitir à CONTRATANTE verificar o consumo de combustível utilizado pela frota, por tipo de combustível, o valor pago por transação, o histórico do veículo e do usuário, diagnosticar e alertar as diferenças significativas de consumo de combustível em relação ao Km e outros, de forma geral, por veículo.

6.7.6. A CONTRATANTE poderá exigir a emissão de relatório específico para atender suas necessidades, desde que dentro dos objetivos relacionados ao controle da frota, ressalvada a razoabilidade da solicitação.

6.7.7. A CONTRATADA deve possibilitar solução webservice, para exportação de todas as informações constantes no seu banco de dados referentes aos veículos, para os sistemas da CONTRATANTE.

6.7.8. A CONTRATADA deverá permitir o acesso da CONTRATANTE ao banco de dados e relatórios gerenciais, via internet, 24 horas por dia, todos os dias, durante a vigência do contrato.

6.7.9. Durante os 5 (cinco) anos seguintes à extinção do contrato, a CONTRATADA se obriga a fornecer os dados e relatórios gerenciais solicitados pela CONTRATANTE, sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias contados da solicitação.

6.8. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO

6.8.1. O sistema de administração e manutenção básica de cartões deverá ser disponibilizado para o CONTRATANTE, de maneira a realizar procedimentos como correção de transações, alterações de senhas, atualização, bloqueio e liberação.

6.8.2. A rede credenciada deverá estar equipada de forma a integrar o sistema de abastecimento com a utilização dos cartões que deverão ser de leitura digital, por veículo e por usuário.

- 6.8.3.** No ato da utilização dos produtos ou serviços será obrigatória a leitura do cartão do veículo e a digitação da senha do usuário.
- 6.8.4.** A utilização de cartão do veículo será obrigatória, cada usuário deverá ter sua identificação validada através de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a implementação de solução que identifique e iniba com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas.
- 6.8.5.** Cada veículo será cadastrado no sistema pela CONTRATADA e identificado por características básicas como, por exemplo, placa, marca/modelo/tipo/versão, status (ativo ou inativo), capacidade máxima de abastecimento, tipo de combustível, fabricante, ano de fabricação e modelo, patrimônio, unidade de lotação, hodômetro, cor, etc.
- 6.8.6.** Cada usuário (condutor) será cadastrado no sistema da CONTRATADA, e identificado por características básicas de, no mínimo, nome, CPF e matrícula.
- 6.8.7.** A CONTRATADA deverá manter cadastro atualizado de toda a frota ativa e inativa cadastrada no sistema, bem como dos usuários autorizados a registrar os abastecimentos no sistema.
- 6.8.8.** As senhas deverão ser informadas de forma segura e inviolável, através de cadastramento dos usuários no sistema, pelo gestor do contrato.
- 6.8.9.** O condutor, devidamente identificado e validado no momento do abastecimento, será considerado responsável pela respectiva transação.
- 6.8.10.** Não será permitido abastecimento de veículos não cadastrados ou realizados por responsável não identificado ou previamente autorizado.
- 6.8.11.** O sistema deverá possibilitar a utilização de diversos combustíveis para um mesmo veículo, face a existência de veículos bicombustíveis na frota da CONTRATANTE.
- 6.8.12.** O sistema terá seu uso restrito para fornecimento dos tipos de combustíveis a serem contratados, não sendo permitida a aquisição de quaisquer outros produtos e/ou serviços.
- 6.8.13.** O sistema deverá emitir comprovante da transação, independentemente da solicitação do condutor, contendo as informações a seguir:
- a) Placa e demais dados de identificação do veículo;
 - b) Identificação do usuário;
 - c) Estabelecimento / Município / UF;
 - d) Data e hora;
 - e) Tipo de Combustível;
 - f) Quantidade de litros e valor unitário;
 - g) Valor da compra/operação;
 - h) Marcação da quilometragem do veículo; a
 - i) Saldo (crédito ainda existente no cartão do veículo).
- 6.8.14.** Em casos excepcionais, em que a transação for realizada off-line, ou seja, mediante preenchimento manual de formulário ou outro meio cabível, o registro deverá preservar as informações constantes no subitem anterior.
- 6.8.15.** A CONTRATADA deverá fornecer manuais operacionais de acordo com o porte de autorização e controle, mantendo-os atualizados em todas as bases de gerenciamento, bem como, fornecer manual simplificado a todos os operadores do sistema.

- 6.8.16. A CONTRATADA deverá prover respostas e suporte técnico operacional através de atendimento via correio eletrônico (e-mail) ou de telefonia para solução de inconsistências técnicas apresentadas nos serviços.

6.9. DO TREINAMENTO

- 6.9.1. A CONTRATADA deverá ministrar treinamento inaugural a gestores, fiscais e demais servidores indicados pela CONTRATANTE que estarão diretamente envolvidos na utilização do sistema de informação a ser disponibilizado, sem qualquer custo adicional a ser faturado, no prazo estipulado no *item 10 deste Termo de Referência*, nos moldes que se seguem:
- 6.9.1.1. O treinamento poderá ser virtual ou presencial, sendo que, se for presencial, deverá ser realizado na Sede da CONTRATANTE;
- 6.9.1.2. Deverão ser fornecidos todos os materiais didáticos e os manuais de operação para os gestores e fiscais do Instituto, além de outros que podem ser indicados pela CONTRATANTE;
- 6.9.1.3. A data de realização e conteúdo programático do curso deverão ser previamente alinhados com o gestor do contrato, ator a ser indicado pela CONTRATANTE.
- 6.9.2. A CONTRATADA deverá oferecer treinamento de reciclagem sempre que houver necessidade, e este treinamento poderá ser demandado pela CONTRATANTE a qualquer tempo.
- 6.9.3. Sem prejuízo do disposto acima, quando da alteração de funcionalidades do sistema que afetem diretamente a operação, o nivelamento de conhecimento poderá ser aplicado por meio de treinamento presencial ou ferramenta eletrônica capaz de suprir necessidade.

7. DA REDE CREDENCIADA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

- 7.1. A CONTRATADA deve possuir estabelecimentos credenciados para o fornecimento de combustíveis, conforme o descrito abaixo:
- 7.1.1. Obrigatoriamente, ao menos, 03 (três) postos em até 5 (cinco) quilômetros de distância da sede do Instituto (em Dourados/MS);
- 7.1.2. No estado de Mato Grosso do Sul, nas seguintes cidades: **Dourados, Ponta Porã, Tacuru, Itaquiraí, Mundo Novo, Campo Grande, Três Lagoas, Novo Horizonte do Sul, Nova Andradina, Brasilândia, Bataguassu, Selvíria, Cassilândia, Camapuã, Chapadão do Sul, Rio Verde do Mato Grosso, Sonora, Aquidauana, Corumbá, Jardim, Porto Murtinho**;
- 7.1.3. A CONTRATADA deverá possibilitar o abastecimento dos veículos da CONTRATANTE em postos de sua rede credenciada em quaisquer localidades além das previstas no item anterior;
- 7.1.4. A CONTRATANTE poderá solicitar a inclusão de postos na Rede Credenciada da CONTRATADA em outras localidades, além das previstas anteriormente, desde que seja concedido tempo hábil para o devido credenciamento.
- 7.2. A CONTRATADA deve apresentar relação de sua rede credenciada no prazo estipulado no *item 10 deste Termo de Referência*, que deve estar apta a atender e a fornecer todos os combustíveis definidos neste Termo de Referência.
- 7.2.1. A relação dos estabelecimentos credenciados deve ser mantida atualizada para o CONTRATANTE devendo ser disponibilizada de forma on-line ou mediante lista a ser encaminhada ao Gestor/Fiscal do contrato no prazo estipulado no *item 10 deste Termo de Referência*.
- 7.2.2. A CONTRATADA deverá ainda, informar em tempo hábil a CONTRATANTE a respeito das alterações ou estabelecimentos excluídos.

- 7.3. Caso a CONTRATADA não possua em sua relação de rede credenciada estabelecimentos que atendam o disposto na Cláusula 7.1., a mesma deverá providenciar o credenciamento de postos a satisfazer as exigências no prazo estipulado no *item 10 deste Termo de Referência*.
- 7.4. Todos os estabelecimentos da rede credenciada deverão atender ao disposto na Resolução nº 41/2013 da ANP, que estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos e a sua regulamentação, bem como, as respectivas alterações e atualizações desta Resolução.
- 7.5. A rede de postos credenciados deve ser composta por postos de diversas bandeiras de abastecimento, equipados para aceitar transações do sistema tecnológico da CONTRATADA.
- 7.6. A CONTRATADA deverá dispor de equipamentos eletrônicos de leitura de dados para cartão eletrônico individual, nos estabelecimentos conveniados.

8. DOS CARTÕES ELETRÔNICOS

- 8.1. Cada veículo e condutor deverão possuir seu próprio cartão, validados através de senha, durante a execução de qualquer operação realizada na rede credenciada.
 - 8.1.1. O uso do cartão para qualquer operação somente será possível após digitação de uma senha válida para o cartão, bem como de uma senha válida para o cartão de identificação do motorista;
 - 8.1.2. Caso a empresa licitante não trabalhe com tecnologia de cartão magnético para a identificação do condutor/usuário, a operação só será possível após a solicitação da identificação do condutor cadastrado, bem como senha válida para esta identificação de condutor;
 - 8.1.3. Não serão aceitas transações nas quais não haja a identificação de condutor cadastrado no sistema tecnológico fornecido.
- 8.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar **cartões individuais eletrônicos** que viabilizem o abastecimento e o gerenciamento de informações da frota, no prazo estipulado no *item 10 deste Termo de Referência*, minimamente, da seguinte forma.
 - a) 01 (um) para cada veículo, cuja relação será encaminhada pelo Gestor de Contratos, com estimativa inicial, mas não limitada, de 03 (três), cada qual com um login (nome de usuário) e senha de identificação;
 - b) 06 (seis) cartões com login (nome de usuário) e senha, mas não limitado a essa quantidade, para que seja possibilitada a utilização por servidores públicos ou Conselheiros ligados ao PreviD, destinados a cada Diretoria (Presidência, Administrativa, de Benefícios e Financeira) e Conselhos (Curador e Fiscal).
- 8.3. Deverá ser possível a troca periódica ou validação de senha pessoal, bem como a inserção de novos usuários e a solicitação de novos cartões, o que deverá ocorrer no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da solicitação formal;
- 8.4. O bloqueio do uso do cartão de veículo deverá ser on-line, a partir da base operacional, mediante rotina/senha específica;
- 8.5. O cancelamento do cartão somente poderá ser feito por pessoa credenciada na base operacional;
- 8.6. O uso indevido de cartão de veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerado falha e as despesas efetivadas serão pagas pela empresa contratada;
- 8.7. A substituição do cartão extraviado ou que tenha sofrido algum dano que inviabilize seu uso correto deverá ocorrer mediante solicitação de segunda via pelo Gestor e/ou Fiscal de Contratos para entrega no prazo estipulado no *item 10 deste Termo de Referência*.
- 8.8. É vedada a cobrança de taxa de anuidade ou mensalidade dos cartões.

9. DA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

9.1. Os combustíveis a serem fornecidos constam no rol que se segue:

9.1.1. Gasolina comum;

9.1.2. Etanol comum;

9.2. Os preços dos combustíveis deverão seguir as seguintes disposições:

9.2.1. O preço a ser pago pelo combustível deverá ser o **valor praticado à vista** no posto credenciado, **no momento do abastecimento**.

9.2.2. Promoções, descontos ou vantagens promovidas pelos estabelecimentos credenciados deverão se estender irrestritamente à CONTRATANTE.

9.2.3. Os valores unitários dos combustíveis serão aferidos em confrontação com os dados dos **preços médios praticados nos Municípios em que ocorrer o abastecimento**, ou, na ausência deste, no respectivo Estado, **referente ao mês de abastecimento, divulgados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP)**.

9.2.4. **O pagamento do valor unitário (litro) será limitado ao preço médio divulgado pela ANP** conforme o estabelecido na cláusula anterior, sendo configurados como **abusivos** os valores superiores ao referido preço médio;

9.2.4.1. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA junto a rede de postos credenciados praticar preços dentro dos valores médios divulgados pela ANP, respondendo por eventual dolo ou culpa decorrente de erro ou omissão, inclusive sem direito a reembolso de eventual valor unitário superior ao divulgado pela ANP.

9.2.5. No caso de configuração de valor abusivo, a CONTRATADA poderá submeter justificativa do preço praticado à CONTRATANTE, ficando a critério desta, devidamente fundamentada, acatar ou não a justificativa e proceder ao pagamento.

9.2.6. A CONTRATANTE, a qualquer tempo, se reserva ao direito de promover diligências sobre quaisquer preços de produtos ou serviços informados pela CONTRATADA, configurados abusivos ou não.

9.2.7. O sistema deverá disponibilizar uma fonte de pesquisa dos preços praticados pelos postos credenciados, com a finalidade de orientar os condutores a realizarem os abastecimentos dos veículos sob seus cuidados, atentando para o melhor desconto ofertado pela rede conveniada, sendo considerada como critério a proximidade do local onde o serviço será executado, avaliando-se o custo/benefício.

9.2.7.1. O comparativo de preços desse sistema deverá ser atualizado periodicamente, no mínimo semanalmente.

9.2.8. Em complemento a pesquisa de preços, a Administração Pública deverá fazer o seu próprio levantamento de preços para escolher a opção mais econômica no ato do abastecimento, devendo juntar na execução documentos que demonstrem os preços praticados.

9.3. Da qualidade dos combustíveis:

9.3.1. Todos os produtos deverão ser fornecidos de acordo com a regulamentação específica do setor, especialmente quanto às diretrizes emitidas pela Agência Nacional do Petróleo — ANP.

9.3.2. No caso de identificação da adulteração de combustíveis, infrações legais ou normativas cometidas pelos estabelecimentos credenciados, a CONTRATADA se obriga a informar de imediato à CONTRATANTE e denunciar às autoridades competentes as irregularidades, adotando em paralelo medidas necessárias ao saneamento.

9.3.3. Eventuais danos comprovadamente causados por utilização de combustível de baixa qualidade fornecido em loja credenciada serão reparados pela CONTRATANTE, sem prejuízo de diligenciar para aferimento da qualidade do produto ofertado no respectivo estabelecimento e responsabilização da CONTRATADA, caso seja comprovado.

9.4. A CONTRATADA deverá garantir os produtos fornecidos e serviços executados pela sua rede credenciada, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

9.5. A CONTRATADA deverá manter controle dos estabelecimentos de abastecimento quanto à regularidade e qualidade dos combustíveis.

10. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

10.1. A CONTRATADA não deverá ultrapassar os prazos máximos abaixo elencados:

10.1.1. Havendo a necessidade devidamente justificada, em tempo hábil, a CONTRATADA poderá solicitar dilação de quaisquer dos prazos ao CONTRATANTE, ficando a critério deste a concessão ou não de extensão dos prazos.

Atividade	Vide	Prazo
Implantação do sistema	6.6.3	30 dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço
Cadastrar a frota de veículos	6.1	
Cadastrar usuários (condutores)	6.1.	
Cadastrar usuários (do sistema)	6.6.4	
Fornecer a CONTRATANTE dados cadastrais da rede de postos credenciados	7.2	
Fornecer cartões individuais eletrônicos	8.2	
Capacitar as partes envolvidas no gerenciamento	6.9.1	15 dias, contados da assinatura do contrato
Credenciar postos que atendam ao subitem 7.1. deste Termo de Referência	7.3	
Fornecer a relação da rede credenciada atualizada	7.2.1	Mensalmente
Cadastrar novo veículo ou usuário após sistema implantado e entregar primeira via de cartão	6.1	2 dias úteis, a partir da solicitação
Entregar segunda via de cartão de veículo ou de usuário	8.7	3 dias úteis, a partir da solicitação
Prover respostas as demandas informais dos gestores/fiscais e usuários (e-mail, telefone, etc.)	5.4	24 horas
Prover respostas as demandas formais dos gestores/fiscais (ofício)	5.4	5 dias úteis
Solucionar problemas técnicos no sistema da CONTRATADA, utilizado no atendimento das demandas da CONTRATANTE	6.5	5 dias úteis

11. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. A vigência contratual será de **12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura**, podendo ser prorrogado ou acrescido, de acordo com a Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

12. DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO E DO FISCAL DE CONTRATOS

12.1. Todos os serviços, mercadorias e demais bens, adquiridos pelo CONTRATANTE, deverão ser conferidos por 02 (dois) membros da Comissão de Recebimento, designados por meio da Portaria nº 049/2018/ADM/PREVID, publicada no Diário Oficial de Dourados – Ano XX, nº 4.711, de 15 de junho de 2018.

12.2. Será designado um servidor do Instituto para acompanhamento e fiscalização deste instrumento contratual, mediante portaria administrativa, a qual será devidamente publicada no Diário Oficial de Dourados e posteriormente juntada ao procedimento de contratação.

- 12.3. A Comissão somente é responsável pela conferência dos produtos/serviços recebidos ao Instituto, competindo somente ao fiscal de contratos, o acompanhamento quanto ao cumprimento das cláusulas deste instrumento.

13. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 13.1. Todo o recebimento do objeto contratual será acompanhado e conferido pela Comissão de Recebimentos deste Instituto e/ou através do fiscal de contrato.

- 13.1.1. Ao término da execução do serviço, objeto deste contrato, o CONTRATANTE irá analisá-lo, verificando se os mesmos conferem com os que foram licitados, bem como, se estão em perfeitas condições de uso.

- 13.2. O objeto, estando de acordo com a proposta de preços e de acordo com o disposto no instrumento contratual, será recebido na forma do art. 73, inciso I da Lei nº 8.666/93:

- a) **PROVISÓRIO** – No ato da entrega do objeto licitado, para posterior verificação de sua conformidade com o solicitado.
- b) **DEFINITIVO** – após a verificação da qualidade, características e quantidade do bem e consequente aceitação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório

- 13.2.1. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.

- 13.3. Os produtos ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de forma imediata e às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 13.4. Se a CONTRATADA deixar de realizar o serviço, sem justificativa por escrito e sem o aceite do Instituto, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente.

14. DO ORÇAMENTO ESTIMADO E DA PROPOSTA DE PREÇOS:

- 14.1. Tendo em vista as peculiaridades desta contratação, apresentam-se os esclarecimentos referentes à planilha orçamentária, os quais deverão ser observados pelas licitantes quando da elaboração de suas propostas de preços.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS				
ITEM	COMBUSTÍVEL	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (TABELA ANP)	VALOR TOTAL
01	Gasolina Comum	1.500 litros	R\$ 6,923	R\$ 10.384,50
02	Etanol	300 litros	R\$ 5,629	R\$ 1.688,70
VALOR TOTAL ESTIMADO DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS (A)				R\$ 12.073,20
ITEM	DESCRIÇÃO	PERÍODO	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	VALOR TOTAL (B)
03	Gestão e abastecimento de combustível em rede de postos credenciados, por meio de sistema eletrônico, com cartão magnético. (Taxa de Administração)	12 meses	3 %	R\$ 362,20
	Desconto a incidir sobre os preços dos combustíveis em se tratando de taxa inferior a zero (caso houver)		0 %	R\$ 0,00
VALOR GLOBAL (A+B):				R\$12.435,40

- 14.2. Para possibilitar o estabelecimento dos quantitativos das necessidades e dos custos relativos, ainda que de forma estimada, foram realizados levantamento de demandas previstas, sendo estes componentes da planilha de composição de preços.
- 14.3. No tocante ao **valor unitário do combustível**, para a elaboração da planilha orçamentária foram utilizados os valores dos combustíveis do Sistema de Levantamento de Preços (SLP) do sítio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no item resumo mensal.
- 14.3.1.** Os valores unitários utilizados foram os do Resumo II — Mensal, dados para o mês de maio de 2022, com a média dos preços no Município de Dourados, tendo em vista que, em sua maioria os abastecimentos se darão neste município.
- 14.3.1.1. O Valor Unitário do item 1 (Gasolina Comum) refere-se ao preço médio divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, demonstrado na Síntese dos Preços Praticados – Mato Grosso do Sul – Resumo II – Gasolina Comum R\$/l – Período: 2022 – Maio, referente ao município de Dourados. (Fonte: <https://www.gov.br/anp/pt-br>; Data de Emissão: 23/05/2022).
- 14.3.1.2. O Valor Unitário do item 2 (Etanol) refere-se ao preço médio divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, demonstrado na Síntese dos Preços Praticados – Mato Grosso do Sul – Resumo II – Etanol Hidratado R\$/l – Período: 2022 – Maio, referente ao município de Dourados. (Fonte: <https://www.gov.br/anp/pt-br>; Data de Emissão: 23/05/2022).
- 14.3.2.** Na fase de execução contratual, para fins de faturamento, o preço unitário a ser faturado deverá se atentar aos limites estabelecidos na Cláusula 9.2..
- 14.4. O valor total refere-se ao valor unitário (Tabela ANP) multiplicado pela quantidade estimada de litros para cada item, o VALOR TOTAL ESTIMADO DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS (A) é a soma de todos os itens de combustíveis.
- 14.4.1.** O VALOR TOTAL ESTIMADO DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS (A) foi usado como parâmetro para a incidência do percentual a ser contratado na prestação do serviço de gestão de abastecimento de combustível, e será utilizado para composição de saldo dos contratos.
- 14.5. **Para fins de formulação da proposta na licitação, as quantidades e os preços estimativos dos combustíveis serão considerados imutáveis.**
- 14.6. No tocante a **taxa de administração** referente ao item 3 (gestão e abastecimento de combustível em rede de postos credenciados, por meio de sistema eletrônico, com cartão magnético) o seu **percentual deverá incidir sobre o valor total de combustível estimado.**
- 14.6.1.** Para a taxa de administração, foi realizada a pesquisa de preços conforme as determinações do Decreto nº 787 de 09 de novembro de 2021, chegando-se a uma média de **3,00% (três por cento)**, que se refere ao montante de **R\$ 362,20 (trezentos e sessenta e dois reais e vinte centavos)**.
- 14.6.2.** O percentual acima indicado será considerado como a taxa máxima de administração aceita nas propostas.
- 14.7. Seguindo as orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul - TCE/MS (vide: a liminar concedida no Processo TC/MS: TC/13564/2019), no tocante ao presente objeto, entende-se que é possível que a proposta se dê com **taxa negativa ou zero**, devendo, todavia, conter no edital critério objetivo que possibilite aferir se a proposta é exequível, devendo a empresa que vier a cotar taxa negativa incluir junto à proposta a composição de seus custos, tais como: treinamento, suporte técnico, manutenção mensal do sistema digital e controle de abastecimento mediante uso de cartões magnéticos, dentre outros critérios objetivos dispostos no edital.

- 14.7.1. Na hipótese de ser apresentada **taxa de administração zerada** indica que a CONTRATADA não repassará o custo de administração para a CONTRATANTE.
- 14.7.2. Na hipótese de ser apresentada **taxa de administração inferior a zero**, a proponente deverá indicar o valor oferecido como **desconto** que incidirá sobre os preços dos combustíveis, por ocasião dos faturamentos e no campo de taxa de administração deverá ser indicado 0% (zero por cento).
- 14.7.3. Para a taxa de desconto a incidir sobre os preços dos combustíveis, por ocasião dos faturamentos, foi utilizado o valor de 0,00% (zero por cento), ou seja, sem concessão de desconto, no entanto, a empresa deverá considerar o disposto no item acima para o preenchimento da planilha.
- 14.7.4. Ofertada taxa de desconto durante a licitação, na fase de execução contratual essa taxa será aplicada a todos os futuros faturamentos da contratação, inclusive se o preço, no momento do abastecimento, for promocional.
- 14.8. **Os valores da planilha orçamentária constante deste Termo de Referência são meramente estimativos, devendo a proposta da licitante obedecer às condições dispostas no Edital e em seu Termo de Referência.**
- 14.9. No certame, a planilha de composição de preços deverá conter todos os tipos de combustível, a taxa de administração e, se houver, o percentual de desconto, os quais serão conferidos para fins de verificação de sua aceitabilidade.
- 14.9.1. Caso a proposta da licitante apresente falhas, o Pregoeiro poderá solicitar a correção ou a justificativa de tais falhas.
- 14.9.2. O não atendimento à solicitação do Pregoeiro no prazo fixado, ou a recusa em fazê-lo, implica a desclassificação da proposta.
- 14.9.3. O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.
- 14.9.4. Não serão aceitas propostas com valor da taxa de administração ou valor global superiores ao estimativos ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 14.10. O preço contratado deve incluir todas as despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, tarifas, fretes, descontos e demais despesas que, incidam direta ou indiretamente na execução do objeto de contrato, isentando a CONTRATANTE de quaisquer ônus por despesas decorrentes, incluindo a confecção de cartões para a aquisição do combustível, bem como, qualquer outro custo necessário à sua utilização.
- 14.11. **O valor máximo a ser contratado pela Administração Pública é de R\$ 12.435,40 (doze mil, quatrocentos e trinta e cinco reais).**
- 14.11.1. Quaisquer propostas cujo valor global seja igual ou inferior a **R\$ 12.073,20** (doze mil, setenta e três reais e vinte centavos) corresponderão à oferta de taxa de administração de 0% (zero por cento), o que indica que a CONTRATADA não repassará o custo de administração para a CONTRATANTE.
- 14.11.2. Quaisquer propostas cujo valor seja inferior a **R\$ 12.073,20** (doze mil, setenta e três reais e vinte centavos) corresponderão à oferta de taxa de administração negativa, logo, oferta de percentual de desconto que incidirá sobre os valores dos combustíveis, por ocasião dos faturamentos.
- 14.12. O CONTRATANTE se reserva no direito de, a seu critério, utilizar-se ou não, da totalidade da verba prevista.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão a cargo da seguinte dotação orçamentária:

18.00. – Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados

18.01. – Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados

09.272.126. – Manter do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

2.079 – Manutenção das Atividades do PreviD

Fonte 143000

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

3.3.90.30.01 – Combustíveis E Lubrificantes Automotivos

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

3.3.90.39.41 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

- 15.2. Os valores correspondentes aos exercícios financeiros posteriores correrão por dotação orçamentária a ser estipulada oportunamente.

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTES

- 16.1. A CONTRATADA deverá apresentar, em até **5 (cinco) dias úteis** do mês subsequente ao abastecimento o pré-faturamento com detalhes dos abastecimentos realizados no período anterior.
- 16.2. Recebido o pré-faturamento, a CONTRATANTE deverá realizar a conferência do documento, em até **5 (cinco) dias úteis**, realizando os seguintes atos:
- 16.2.1. Apontar os eventuais abastecimentos fracassados, os quais podem ser comunicados desde o momento do abastecimento fracassado até o último dia de cada mês;
- 16.2.2. Realizar a comparação dos preços cobrados, considerando:
- a) **o preço de mercado à vista** do posto/local de abastecimento;
 - b) **o limite do preço médio publicado pela ANP** — Agência Nacional de Petróleo, no site www.anp.gov.br, no mês da demanda, para o município/estado em que se encontre o veículo;
 - c) **o percentual de taxa de administração / desconto** incidente sobre os valores das faturas de fornecimento de combustíveis.
- 16.3. A CONTRATANTE rejeitará o faturamento de serviços relativos a eventuais divergências entre a fatura e os relatórios da CONTRATADA ou entre estes e os controles da FISCALIZAÇÃO, até a completa apuração dos fatos, se for o caso.
- 16.4. Após a conferência do aludido documento e dos ajustes que se fizerem necessários, a CONTRATADA deverá emitir o **documento com validade fiscal** para fins de pagamento.
- 16.4.1. A CONTRATADA é a única responsável pela correta emissão de seus documentos de cobrança, em todos os seus aspectos, observada a legislação tributária vigente.
- 16.5. Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados mensalmente em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data de apresentação do **documento com validade fiscal**, devidamente atestado pelo setor competente, juntamente com **as certidões negativa de tributos das esferas federal, estadual e municipal e das certidões de regularidade do FGTS e trabalhista**.
- 16.6. Quando do pagamento, a CONTRATADA deverá estar em dia com todas as condições de habilitação, ou seja, com todas as certidões exigidas na habilitação, vigente à época do pagamento, as quais deverão ser encaminhadas juntamente com o documento fiscal, conforme cláusula supra, **sob pena de notificação extrajudicial e permanecendo a irregularidade, rescisão contratual.**

- 16.7. Os **documentos com validade fiscal** correspondentes, serão discriminativos, constando o **número do contrato firmado, número da nota de empenho, bem como, dados bancários (banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento)**.
- 16.8. Caso se constate erro ou irregularidade no documento com validade fiscal, a CONTRATANTE, a seu critério, poderá devolvê-lo, para as devidas correções, ou aceitá-lo, com a glosa da parte que considerar indevida.
- 16.9. Na hipótese de devolução do documento com validade fiscal, será considerado como **não** apresentado, para fins de atendimento das condições contratuais e o prazo para pagamento passará a fluir após sua reapresentação.
- 16.10. Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva da CONTRATANTE, os valores poderão ser corrigidos monetariamente com base na variação do IPCA/IBGE ou índice que venha substituí-lo.
- 16.11. A CONTRATANTE não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
- 16.12. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 16.13. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 16.14. O CONTRATANTE efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.
- 16.15. A CONTRATADA ficará obrigada aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do contrato de acordo com art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 16.16. Os preços serão fixos e irrevogáveis e deverão ser expressos em moeda corrente do país.
- 16.16.1.** Define-se como fixo e irrevogável o percentual contratado como taxa de administração, seja positiva, zero ou negativa.
- 16.17. Em razão da natureza do objeto da licitação, cujo pagamento, além do combustível consumido, será o pagamento da taxa de administração, não caberá qualquer reajuste da referida taxa.
- 16.18. Considerando que os combustíveis fornecidos pela rede de postos credenciados serão pagos/ressarcidos nas quantidades efetivamente consumidas e pelos preços praticados nas datas do consumo, os preços desses poderão sofrer variação, de acordo com a sistemática do mercado, sem que isso importe em reajuste contratual.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 17.1. As partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018.
- 17.2. As Partes, ao efetuarem a assinatura do instrumento contratual reconhecem que, toda operação realizada com os Dados Pessoais identificados neste instrumento, serão devidamente tratadas, de acordo com as bases legais dispostas no art. 7º da Lei 13.709/2018, vinculando-se especificamente para a execução das atividades deste instrumento jurídico.

- 17.3. A PARTE RECEPTORA garante a utilização de processos sob os aspectos da segurança da informação, principalmente no que diz respeito à proteção contra vazamento de informações e conscientização dos colaboradores sobre o uso adequado das informações.
- 17.4. A PARTE RECEPTORA, incluindo todos os seus colaboradores, compromete-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da PARTE RECEPTORA, ainda que o instrumento contratual venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.
- 17.5. A PARTE RECEPTORA deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição total, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais são estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.
- 17.6. A PARTE RECEPTORA deverá notificar a PARTE REVELADORA, no prazo determinado em regulamento da Autoridade Nacional, ou seja, em até 2 (dois) dias úteis da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais relacionadas aos Dados Pessoais que afete a PARTE REVELADORA, assim como de qualquer violação de Dados Pessoais que teve acesso em função do presente instrumento jurídico.
- 17.7. A PARTE RECEPTORA deverá por seus próprios meios adotar instrumentos de proteção dos Dados Pessoais junto aos seus colaboradores e fornecedores, de forma a preservar o sigilo dos Dados Pessoais da PARTE REVELADORA.
- 17.8. As Partes reconhecem que o compartilhamento ou a transferência de dados pessoais para as bases de dados internas do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD e para o Órgão da Imprensa Municipal para publicação dos atos oficiais da Administração Pública, quando for necessário, está contemplada pelo disposto no art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e pelo inciso IV do § 1º do mesmo artigo, conforme a finalidade do referido instrumento jurídico.
- 17.9. As Partes "REVELADORA" e "RECEPTORA", por si e seus servidores e colaboradores, garante que, caso seja necessário transferir para o exterior qualquer Informação Pessoal cumprirá as Leis de Proteção de Dados Pessoais, em especial os artigos 33 a 36 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais referentes à transferência internacional de Informações pessoais.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRADADA

- 18.1. Manter, durante toda a execução do objeto contratado, e suas possíveis prorrogações, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação, **sob pena de notificação extrajudicial e permanecendo a irregularidade, rescisão contratual.**
- 18.2. Manter sempre atualizados, junto ao CONTRATANTE, os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de telefone, endereço eletrônico ou endereço físico, sob pena de infração contratual;
- 18.3. Cumprir o disposto na proposta de preços, no Termo de Referência, bem como, no edital e seus anexos com comprometimento, presteza, assiduidade, tempestividade e qualidade nos serviços a serem prestados.
- 18.4. Responsabilizar-se inteiramente pela produção do sistema informatizado de gerenciamento do abastecimento de veículos, incluindo, mas não se limitando, a equipamentos servidores, hospedagem das aplicações do sistema em sítio próprio, manutenção das bases de dados, procedimentos de instalação, migração, backup, recuperação, segurança, treinamento a usuários finais, ambiente e

- softwares operacionais, e quaisquer outras atividades, softwares, hardwares ou serviços necessários à operação e produção plena do sistema em questão, com todas as suas funcionalidades previstas.
- 18.5. Manter softwares de gerenciamento integrado, com captura eletrônica de dados e liquidação financeira dos gastos, oferecendo relatórios gerenciais de controle de situação (histórico de quilometragem) e das despesas de abastecimento de cada um dos veículos do CONTRATANTE ou a seu serviço, e que viabilize o pagamento do abastecimento de combustíveis nos postos de abastecimento através do cartão magnético.
 - 18.6. Manter informação dos dados de consumo no momento do abastecimento, quilometragem, custos, identificação do veículo, identificação do portador do cartão, datas e horários de abastecimento, e tipos de combustíveis em base gerencial de dados disponíveis para o CONTRATANTE.
 - 18.7. Manter softwares operacionais para processamento das informações nos cartões e terminais.
 - 18.8. Possibilitar solução webservice, para exportação de todas as informações constantes no seu banco de dados referentes aos veículos da CONTRATANTE para qualquer sistema que venha a ser adotado pela CONTRATANTE.
 - 18.9. Possuir ampla capacidade de armazenamento de dados visando manter arquivo, atualizado e com backup dos serviços executados dentro do contrato, por placa de veículo, podendo ser consultado pela CONTRATANTE a qualquer hora.
 - 18.10. Disponibilizar acesso ao Sistema através da WEB (Internet), por meio de senha administrativa para o Gestor e/ou Fiscal do Contrato, permitindo a emissão de relatórios.
 - 18.11. Manter cartões individuais que viabilizem o gerenciamento de informações da frota para cada veículo em pleno funcionamento.
 - 18.12. Disponibilizar os cartões individuais que a CONTRATADA solicitar, bem como, as segundas vias que se fizerem necessárias em virtude de extravio ou invalidação, sem custos adicionais ao CONTRATANTE.
 - 18.13. Disponibilizar cartões de identificação do usuário, com senha pessoal por condutor e código para identificação do veículo, ou possibilitar outro meio que permita a identificação do condutor cadastrado juntamente com senha, caso a empresa licitante não trabalhe com tecnologia de cartão magnético para a identificação do condutor/usuário.
 - 18.14. Realizar treinamento operacional do gestor e fiscais de contrato responsáveis e usuários do sistema informatizado e integrado para gestão de frota da CONTRATANTE, sem qualquer ônus para a mesma.
 - 18.15. Promover treinamento para sua rede credenciada/usuários dos instrumentos periféricos dos sistemas contratados, tanto na fase de implantação quanto na fase de operação, e orientá-los sobre a correta utilização, possibilitando o uso adequado do sistema, permanentemente e sempre que se mostrar necessário, para não inviabilizar o uso de um credenciado, disponibilizando um canal de comunicação viável e acessível para todos, que deverá ser apresentada a CONTRATANTE.
 - 18.16. Executar, por meio de sua rede credenciada, fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações e conforme o disposto neste instrumento e demais anexos.
 - 18.17. Manter a rede de postos de abastecimento prontos e equipados para aceitar transações com os cartões dos usuários, especialmente, nas localidades exigidas neste Termo de Referências.
 - 18.18. Atualizar a listagem de estabelecimentos credenciados ou excluídos, disponibilizando-a através de e-mail, via web ou de correspondência encaminhada ao PreviD.
 - 18.19. Possibilitar a ampliação gradativa da Rede Credenciada, incluindo outras localidades, mediante solicitação da CONTRATANTE.

- 18.20. Permitir o acesso de servidores da CONTRATANTE às instalações da REDE CREDENCIADA DA CONTRATADA, para o acompanhamento, parcial ou total, dos serviços de fornecimento de combustíveis durante a sua execução.
- 18.21. Manter, em local visível, na rede credenciada, a identificação de sua adesão ao sistema, objeto do Contrato.
- 18.22. Informar às credenciadas que são de inteira responsabilidade dessas as obrigações decorrentes da legislação trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, de acidente de trabalho e as demais previstas na legislação específica, inclusive relativas aos recursos humanos de suas credenciadas, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.
- 18.23. Responsabilizar-se totalmente pelos pagamentos aos estabelecimentos comerciais credenciados, sendo que a CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por nenhum pagamento, ou obrigação trabalhista.
- 18.23.1.** Disponibilizar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamentos à rede de estabelecimentos credenciados.
- 18.24. **Designar, por escrito, no ato de assinatura do contrato, preposto (s)** que detenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato que será o responsável pelo bom andamento sobre prestação de serviços/fornecimento do objeto e possa tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.
- 18.24.1.** Deverá ser assinada CARTA PREPOSTO ou documento similar que indique o nome completo, nº do CPF, do documento de identidade, os dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como, fornecendo os meios de contato disponíveis como números de telefone, endereços de correio eletrônico ou outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato CONTRATANTE-CONTRATADA.
- 18.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 18.26. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços, comunicando por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente juntamente com os esclarecimentos julgados necessários.
- 18.27. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, dentro do prazo;
- 18.28. Providenciar a correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.
- 18.29. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes da realização dos serviços, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços objeto deste Contrato, ficando, ainda, a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- 18.30. Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- 18.31. A empresa CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidente de trabalho e quaisquer outras relativas a pessoal;
- 18.32. A empresa CONTRATADA responderá pelos danos causados aos veículos e/ ou bens da CONTRATANTE, quando resultantes da ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados ou prepostos;

- 18.33. Oferecer atendimento personalizado, durante todo o período estabelecido de vigência do contrato, para dirimir quaisquer dúvidas, orientações e esclarecimentos sobre os serviços, objeto deste Termo.
- 18.34. Ressarcir ao CONTRATANTE o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigências do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.
- 18.35. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 18.36. Atender ao Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

19. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 19.1. Fornecer à CONTRATADA e manter atualizados todos os dados e informações que se fizerem necessárias à execução do contrato.
- 19.2. Acompanhar a execução do contrato efetuada pela CONTRATADA, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão dos serviços.
- 19.3. Fiscalizar, durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 19.4. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA dentro dos prazos estipulados.
- 19.5. Comunicar expressamente à CONTRATADA as irregularidades observadas durante sua execução para que providencie as devidas correções.
- 19.6. Notificar à CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 19.7. Aplicar as penalidades legais e contratuais.
- 19.8. Rejeitar os serviços que a CONTRATADA executar fora das especificações do edital e seus anexos, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

20. DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 20.1. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato de pleno direito, independentemente de interpelação judicial, pela ocorrência de quaisquer hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78, combinado com o artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93, garantindo à CONTRATADA o direito de defesa e o contraditório, nos termos do artigo 109 da mesma Lei.
- 20.2. O inadimplemento ou inexecução total ou parcial do fornecimento nos prazos propostos e contratados, caracterizará inadimplemento contratual, motivando a rescisão do Contrato sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 20.3. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrente deste Contrato limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.
- 20.4. A declaração de nulidade do presente contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

20.4.1. A nulidade não exonera o Instituto do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, comprovando-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

20.5. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA previstas no presente Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo previsto no edital, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

21.2. As penalidades previstas no subitem anterior não se aplicarão aos licitantes remanescentes convocados em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

21.3. A CONTRATADA, em conformidade com o art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de **até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e nas demais cominações legais, assegurado o direito à prévia e ampla defesa, se:

- I. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
- II. Não celebrar o contrato;
- III. Ensejar o retardamento na execução do objeto do CONTRATO;
- IV. Não manter a proposta, injustificadamente;
- V. Falhar ou fraudar na execução do objeto do CONTRATO;
- VI. Comportar-se de modo inidôneo;
- VII. Cometer fraude fiscal.

21.4. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, o Instituto poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar irregularidades de pequena monta;
- b) Multa administrativa no percentual de **5% (cinco por cento)**, por dia de atraso na execução do serviço, sobre o valor do item adjudicado, a partir do primeiro dia útil da data fixada para a entrega do objeto, limitada a **20% (vinte por cento)** do valor do contrato;
- c) Multa administrativa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor do contrato, em caso de Rescisão contratual, sem justo motivo, pela CONTRATADA.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração Pública direta ou indireta, até o prazo de 2 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.5. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e”, dos subitens anteriores poderão ser aplicadas juntamente com as de multa (alíneas “b” e “c” dos subitens anteriores), facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, observando o disposto nos artigos 109 e 110 da Lei Federal nº 8.666/93, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação no Diário Oficial.

- 21.6. Todas as penalidades citadas no subitem anterior, além de outras que a lei possa prever, serão **obrigatoriamente registradas as ocorrências no SICAF** por força do disposto no art. 38 e 40 da Instrução Normativa nº 02/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 21.7. Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa.
- 21.8. As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a rescisão do contrato.
- 21.9. A notificação que dará ciência à CONTRATADA de que foi penalizada informará o motivo da aplicação da penalidade e, no caso de multa, o valor a ser pago.
- 21.10. A CONTRATADA terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada.
- 21.11. Sendo aplicada multa, decorrido o prazo para recurso deverá a CONTRATADA recolher o valor da mesma no Departamento Financeiro do PREVID, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da mesma.
- 21.12. A CONTRATADA poderá perder tal a condição, caso venha a se enquadrar nas situações previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e nos casos que especifica:
- I. estado de protesto, falência e concordata, insolvência notória ou situação econômica – financeira comprometida;
 - II. ter título protestado cujo valor possua, a juízo do contratado comprometer a sua idoneidade financeira e/ou a eficiente execução do Contrato;
 - I. ter sido declarado devedor das Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, do INSS e FGTS.
- 21.13. As penalidades estabelecidas em lei não excluem qualquer outra prevista neste instrumento, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em consequência do inadimplemento das condições contratuais.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 22.1. A Licitante Vencedora **NÃO** poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente termo, salvo com prévia e expressa autorização, por escrito, do Instituto, observadas as disposições legais pertinentes.
- 22.2. Não se entende por subcontratação a rede credenciada de postos para o atendimento do objeto da licitação futura.

23. DAS AMOSTRAS E CATÁLOGOS

- 23.1. Não será exigido amostra ou catálogos no presente certame.

24. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 24.1. Elaborado pela Diretoria Administrativa que reuniu as informações técnicas para elaboração dos demais atos para a contratação, bem como, mediante os resultados apresentados no Estudo Técnico Preliminar nº 002/2022/PreviD.

ALBINO JOÃO ZANOLLA

Diretor Administrativo

Proc. nº _____ fls _____

Rubrica _____

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO

MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS – PREVID

Criado pela Lei Complementar nº. 108 de 27/12/2006

CNPJ 08.797.960/0001-36

Gestão 2022 – 2025



25. DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO PARA MODALIDADE PREGÃO

25.1. Aprovo o presente Termo de Referência e autorizo a realização da Licitação na modalidade Pregão nos moldes do art. 7º, inciso I do Decreto Municipal nº 3.447/2005.

Dourados/MS, 04 de julho de 2022.

ANA CAROLINA GONINO BARRETO

Pregoeira